



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

VEREADOR
Deodato
Ramalho *De confiança e coragem*

*Gabinete do vereador Deodato Ramalho
Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores - PT*

REQUERIMENTO N° **5532/2013**

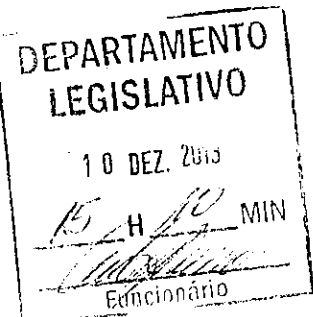
Requer a transcrição da matéria publicada no jornal O Povo em 09 de dezembro de 2013 "Famílias que teriam sido retiradas da lista de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida ocupam sede da Habitafor", para os Anais da Câmara Municipal de Fortaleza.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

O vereador Deodato Ramalho, líder da bancada do PT, no uso de suas atribuições e na forma regimental, vem, à presença de Vossa Excelência com reciprocidade de respeito, requerer que seja transcrita para os Anais da Câmara Municipal de Fortaleza, a matéria publicada no jornal O Povo em 09 de dezembro de 2013 "Famílias que teriam sido retiradas da lista de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida ocupam sede da Habitafor", conforme consta em anexo.

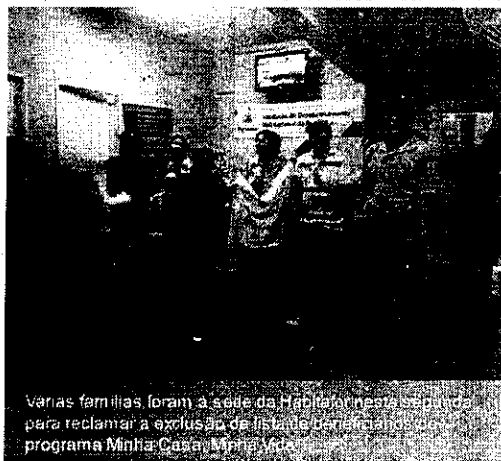
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO, 10 de dezembro de 2013.

Deodato Ramalho
DEODATO RAMALHO
Vereador do PT - Fortaleza



NESTA SEGUNDA 09/12/2013 - 19h20

Famílias que teriam sido retiradas da lista de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida ocupam sede da Habitafor



Já estava tudo pronto para **120 famílias**, contempladas pelo programa **Minha Casa, Minha Vida**, assumirem suas moradias no **Conjunto Residencial São Domingos**, no Jangurussu, quando ele foi **invadido**, em dezembro de 2012. Entre idas e vindas de um processo que se tornou judicial pela **reintegração de posse**, reclamado pela **Caixa Econômica Federal**, 43 famílias foram excluídas do direito anteriormente adquirido.

Nesta segunda-feira, 9, muitas delas foram a protestar a retirada do nome da lista, na sede da **Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor)**. Prefeitura alegou que uma nova análise de critérios, feita neste ano, deixou de fora pessoas que, na verdade, **nunca deveriam constar na lista das beneficiárias**.

No entanto, uma decisão expedida ainda no dia 5 deste mês deu ganho de causa aos manifestantes, apoiados pela **Central dos Movimentos Populares (CMP)**. A determinação foi emitida pelo juiz federal da 1ª vara

Luís Praxedes Vieira da Silva e ordenava que "a lista original dos moradores sorteados para o Condomínio São Domingos, concluída em dezembro de 2012, deve prevalecer a qualquer outra elaborada pela Habitafor". Segundo a Fundação, a Prefeitura só foi notificada da determinação na tarde desta segunda.

Uma das beneficiárias que iriam ser excluídas da lista de dezembro de 2012, Antônia da Costa, diz não concordar com os motivos alegados pela prefeitura. "Meu nome já tinha sido aprovado pela Caixa e pela Habitafor em 2012. Por que agora tiram esse direito que eu já provei que tenho?", se questionava Erivânia. Nas mãos, ela guardava com cuidado, a inscrição emitida pela própria Fundação, há cerca de um ano, onde especifica a que deveria ser a casa nova de Antônia: "BI 0 / Apartamento 204".

Segundo Erivânia Costa, coordenadora estadual do CMP, a exclusão é ilógica já que a própria Prefeitura pagou aluguel social às famílias prejudicadas pela invasão, nesse período de um ano em que corria o processo de reintegração de posse.

"Houve politicagem na gestão anterior"

O coordenador da assessoria especial da presidência da habitafor, Karlos Albuquerque, informou que, das 120 famílias que invadiram o residencial, 31 continuaram no condomínio, por decisão judicial, pois se tratava de pessoas que já

constavam na lista de beneficiários. No entanto, em relação às 89 restantes, foi feita uma nova reavaliação pela Prefeitura por critérios federais do Programa Minha Casa, Minha Vida e que "a atual gestão seguiu à risca, ao contrário da gestão anterior", segundo conta Karlos.

"A Prefeitura não cumpria como deveria os critérios e é aí que está o problema. Quando fomos reavaliar as 89 famílias vimos que 46 estavam na lista por politicagem, não se encaixavam nos requisitos, somente 46 foram aprovadas", esclarece Karlos.

Diante da decisão, que já era conhecida pelos manifestantes e foi lida insistentemente no ato, a Prefeitura pretende restabelecer a lista. **"A Prefeitura não pretende recorrer**, mas se exime da responsabilidade futura que isso pode trazer, já que sabemos que muitas dessas pessoas não têm esse direito. Mas decisão judicial se cumpre. E vamos cumprir. A Caixa econômica também já comunicou oficialmente que vai assinar os contratos de todas as 89 famílias restantes que estavam na lista de 2012", declarou Karlos.

Segundo a Fundação, alguns dos critérios de prioridade - em que não se encaixavam as 43 famílias - dizem respeito a renda mensal de 0 a 3 salários mínimos, famílias providas por mulheres, que possuam pessoas com deficiência ou idosos.

Sara Rebeca Aguiar
sararebeca@opovo.com.br